

LEGADOS AUTORITÁRIOS E DESAFIOS DEMOCRÁTICOS: ARQUEOLOGIA E POLÍTICA EM CONTEXTO BRASILEIRO E PORTUGUÊS¹

AUTHORITARIAN LEGACIES AND DEMOCRATIC CHALLENGES: ARCHAEOLOGY AND POLITICS IN THE BRAZILIAN AND
PORTUGUESE CONTEXTS

Pedro Paulo Funari *
ppfunari@uol.com.br

Rita Juliana Soares Poloni**
julianapoloni@hotmail.com

RESUMO: A partir de um dos campos de abordagem da Arqueologia da Repressão e da Resistência, o presente texto procura seguir, de forma breve, redes e planos de ação de pesquisadores brasileiros e portugueses que investigaram temas indígenas durante o Estado Novo Brasileiro e Português, ressaltando de que forma alguns embates se prolongam para além do fim do Regime Salazarista, no caso português, e para a Ditadura Civil-Militar, bem como para contexto de redemocratização no caso brasileiro. Procura-se pensar a formação de escolas de pensamento dentro dos campos da Arqueologia e dos Estudos da Cultura Material, que posicionem, inclusive o próprio campo de abordagem do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da Repressão e da Resistência; Redes; Indígenas.

ABSTRACT: From one of the fields of approach within the Archaeology of Repression and Resistance, this text seeks to briefly trace the networks and action plans of Brazilian and Portuguese researchers who investigated indigenous themes during the Brazilian and Portuguese New States, highlighting how some conflicts extend beyond the end of the Salazarist Regime in the Portuguese case, and into the Civil-Military Dictatorship era, as well as into the context of redemocratization in the Brazilian case. The aim is to consider the formation of schools of thought within the fields of Archaeology and Material Culture Studies, which position, even, the very field of approach of the text.

KEYWORDS: Archaeology of Repression and Resistance; Networks; Indigenous.

Arqueologia e política: contextos autoritários e democráticos

A Arqueologia costuma ser entendida como o conhecimento (*logia*) sobre o antigo (*arque*), mas seus sentidos são mais complexos, já no próprio nome. Ambos os étimos gregos são muito mais ricos em significados, a começar por *logos* (conhecimento), cujo sentido básico (*legein*, verbo no infinitivo) consiste em juntar, organizar, daí calcular, escolher, falar (juntar

¹ Agradecemos a Jocyane Baretta, Aline Vieira de Carvalho, Rui Gomes Coelho, Tobias Vilhena de Moraes, Michel Justamand, Patrícia Mecchi, Ellen Meiksins Wood (*in memoriam*), Inês Virgínia Soares e Andrés Zarankin. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da Unicamp, UFPel, Fapesp e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

* Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Livre-docente e Professor Titular na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve. Professora do Departamento de Museologia e Conservação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

palavras), chamar, relatar, narrar, significar. Portanto, “conhecimento” é um sentido derivado, mas todas as acepções mencionadas podem e devem ser levadas em conta, em particular “narrativa encadeada” sobre algo. Esse algo é também prenhe de sentidos: *arkhé* implica ações como começar, governar, mandar, tudo derivado de estar em primeiro. Daí que Arqueologia seja uma narrativa sobre princípios, poder, para além do antigo. Não se pode separar essas diversas facetas da Arqueologia, como ficará claro neste artigo.

Em seguida, convém refletir sobre alguns outros conceitos deste dossiê, a começar por autoritarismo e democracia. Autoridade deriva de *augeo* (aumento), *auctor* (autor, protetor), *auctoritas* (prestígio, proteção) de onde a noção de obediência associada ao termo. No contexto contemporâneo, autoritarismo costuma ser usado para diferenciar de formas políticas liberais ou democráticas, de um lado, e de totalitarismo, com sua tendência a tudo controlar, daí o nome (*totus*, tudo). O autoritarismo poderia ser associado à servidão voluntária, de Étienne de la Boétie (1530-1563), pelo papel do prestígio e proteção oferecida pelo poder, na forma de um rei, de um ditador, de uma junta, com, por vezes, um revestimento ideológico, como no caso do Estado Novo em Portugal (1933-1974) e no Brasil (1937-1945) e da Revolução no Brasil (1964-1985). No século XX, poder ou estado autoritário foi um termo sociológico, mais do que de uso quotidiano, para se referir a regimes de diferente denominação oficial, como Estado Novo ou Revolução, acima citados, e designados *sotto voce* como ditadura ou tirania. O termo aplica-se bem aos casos português e brasileiro, por ressaltar tanto o caráter arbitrário e violento dos regimes, como certo grau de flexibilidade, como no caso da atuação ilegal de Partidos Comunistas durante os períodos fortes.

Democracia apresenta outras colorações, a começar por *kratos*, derivado de duro, daí força, poder e mesmo violência, sentidos muito diversos da outra palavra, já apresentada, e que podia também designar o poder (*arkhé*, princípio). Esse aspecto de força bruta seria teorizado pelo sociólogo alemão Max Weber como “monopólio da coerção física legítima” (*Monopol legitimen physischen Zwanges*), já que *Zwang* é um aperto físico, daí coerção. Em certo sentido, é sintomático que *kratos* seja uma coerção física, frente à aquiescência da autoridade, o que não deixa de ser paradoxal, ao usar esses termos em autoritarismo e democracia. Importa notar que no termo democracia se supõe uma imposição pela força. Também *demos* apresenta uma trajetória complexa. Parece que o significado original seja

parte, partilhar, daí povo, com conotações de grande número, multidão (*plethos*), os pobres, daí que desde a antiguidade o termo tenha tido conotações negativas, por parte das elites pensantes, de Platão aos pensadores posteriores, medievais e modernos. Ellen Meiksens Wood (1988) mostraria como essa aversão ao povo moderno foi, de fato, usado considerar o conceito moderno de plebe ociosa para a própria antiguidade. Importa, aqui, essa noção predominante negativa do termo, de modo que a recuperação de democracia como algo positivo foi gradativo, desde o século XVIII com os Federalistas americanos e para isso contribuiu, de forma decisiva, as ideologias de cunho fascista que se opunham à decadência derivada da democracia. Esse contexto explica a oposição entre autoridade em um regime arbitrário e a democracia liberal ou burguesa, com sua cacofonia. Não à toa, ainda que o termo autoritário não seja explicitado, movimentos e regimes autoritários costumam basear-se na aceitação da autoridade que decide de cima para baixo. Já democracia é termo ainda mais polissêmico, mas, em oposição a autoritarismo, refere-se ao vir de baixo para cima e incluir conflitos, lutas e divergências.

Há, ainda, a noção de legado, de particular importância. Desde lá trás, legar está na mesma raiz de *logos*, juntar, falar, ler, escolher, enviar, delegar, legar. Legado une passado, presente e futuro, ao tratar da passagem de uma temporalidade para outra. Legado é outro termo permeado pela dicotomia autoritarismo e democracia, pois legado pode ser entendido como algo inefável do passado que sempre lá esteve e que justifica a autoridade ou, ao contrário, pode ser a exploração do potencial de delegação, de junção livre para forjar o futuro. Ambos os aspectos estão presentes, como veremos neste artigo.

A Arqueologia é uma disciplina surgida a serviço do imperialismo e do nacionalismo, imbricada nas relações de poder e mesmo em aspectos militares e de inteligência (espionagem), em pleno século XIX. Essas características foram mantidas ou acentuadas em contextos concretos imperiais e nacionalistas, mas também contestadas por visões mais abertas à inclusão social e aos conflitos e divergências. A Arqueologia depende, de forma direta, do Estado, na forma de financiamentos e de permissões para escavação e estudo, o que significa que em contextos autoritários os arqueólogos têm margem limitada. Já em democracia, abrem-se espaços para as divergências. Em termos mundiais, a criação do *World Archaeological Congress*, em 1986, marcou a disciplina (FUNARI, 2006) por sua inserção social e fortaleceu a possibilidade de contato e cooperação internacional e, também, em cada

contexto nacional e local. Perspectivas descentradas, decoloniais, com a ênfase no protagonismo das pessoas comuns, das mulheres, de indígenas, historiográficas da disciplina e este artigo insere-se em diversos desses temas, em abordagem interseccional, ou seja, relacionando diversas dessas características.

Arqueologia da Repressão e da Resistência, legado perene

Os legados, nessas últimas décadas após o fim das ditaduras, 1974 em Portugal, 1985 no Brasil, mostram as contradições inevitáveis, mas, neste artigo, preferimos ressaltar, como diria Bento Espinosa (Ética III-IV), os afetos alegres, não os tristes. Nesse período, Arqueologia em Portugal e no Brasil passaram por imensa renovação e *aggiornamento*, com uma crescente inserção social, em inúmeras iniciativas e maneiras, da inclusão da terceira idade à colaboração comunitária, da cooperação indígena, quilombola, islâmica ou popular, à luta antirracista, anticolonialista ou antimachista, entre outros. No geral, os subalternos passaram a fazer parte da prática e da teoria arqueológica, em perspectiva interseccional, como já mencionado. Um dos temas mais relevantes é justo os períodos ditatoriais, a repressão e a resistência, tal como podem ser iluminados pela Arqueologia, para elucidar o que aconteceu, assim como para evitar que se repitam abusos do passado, tendo em vista um futuro de convívio, alegre (ESPINOSA, 2003).

O estudo arqueológico de ditaduras surgiu como resultado do ocaso de ditaduras, no contexto ibero-americano, a partir de meados da década de 1970. Foi apenas uma década depois que se iniciaram pesquisas arqueológicas, em particular na tentativa de identificação de corpos de perseguidos e mortos dispostos em covas sem identificação (desaparecidos). A Antropologia Forense, tendo surgido no contexto criminal e jurídico, passava a tratar de perseguição política e a abordagem arqueológica permitia prescrutar os contextos e outros restos materiais. Iniciados os estudos na Argentina (EAAF, 1985), o começo do século XXI viria a testemunhar a consolidação de uma nova área, a Arqueologia da Repressão e da Resistência (FUNARI & ZARANKIN, 2006). O contexto de democratização (DE MORAES, 2014), em Portugal (BRITO, 2022) e no Brasil (LE MOS, 2016), favoreceu uma revisão do papel da Arqueologia durante os períodos de arbítrio (FUNARI, 1994; GOMES, 2011; 2018). Tardou a desenvolver-se a Arqueologia da Repressão e da Resistência, no Brasil, pelo modelo de transição, baseado nos Pactos de La Moncloa, na Espanha, de continuidade institucional, sem ruptura. Alguns aspectos chamam a atenção, a começar do envolvimento da Arqueologia com as pessoas e

com as outras disciplinas. No âmbito da atuação com as pessoas e com a memória dos eventos traumáticos, a Arqueologia tem sido crucial (JUSTAMAND, MECCHI, FUNARI, 2013) para conectar a materialidade com sobreviventes e seus parentes e amigos (ZARANKIN, SALERNO e PERSONINO, 2012; POLONI, FUNARI e MARCHI, 2019): a memória como elo entre passado, presente e futuro (BELLE, 2017). Na interdisciplinaridade, destacam-se a justiça de transição (POLONI, 2014; SOARES, 2014), os direitos humanos (CARVALHO, SOARES, FUNARI, 2009; JUSTAMAND, MECCHI, 2015; SOARES, FUNARI, 2019), além de temas específicos, com as mulheres, a partir de uma perspectiva feminista (BARETTA, 2017).

Outros engajamentos do fazer científico: a importância de se fazer a crítica à própria ciência

Entre os campos de competência da Arqueologia da Repressão e da Resistência está o enfoque na produção científica dos períodos ditatoriais, buscando investigar temáticas incentivadas ou condenadas durante regimes repressivos, a atuação de determinados atores sociais nesse processo e a contribuição do campo para a consolidação ou para a crítica de determinadas políticas preconizadas pelos Estados, entre outros exemplos (POLONI, FUNARI, MARCHI, 2019).

Tais problemas não são de exclusiva competência da ciência produzida durante regimes autoritários, mas dada a forma como as políticas de Estado tendem a ser verticalizadas e centralizadoras nesses regimes, ao menos em nível discursivo, torna-se paradigmático o processo de deslindamento dessas relações no contexto de tais regimes. Essas reflexões tendem a se constituir como um arquivo de grande importância para compreendermos os legados de resistência ou de autoritarismo que seguem perpassando o campo científico nos contextos de redemocratização, bem como os atravessamentos entre políticas educacionais e culturais e os temas preconizados em cada campo científico. Por outro lado, a reflexão sobre o fazer do próprio campo não é também exclusiva da Arqueologia, mas encontra ressonância em outros congêneres, tais como o da historiografia, por exemplo, que examina como ideias, métodos, abordagens e práticas no estudo da história evoluíram ao longo do tempo (DOSSE, 2012).

Nesse sentido, uma abordagem que encontra grande potencial crítico é o das redes Latourianas (LATOURETTE, 1987, 2005), sobretudo no que se refere a como os fatos científicos são produzidos, construídos e negociados por meio de práticas sociais, incluindo experimentação,

debate, publicação e legitimação (LATOUC, 1995). Nesse sentido, arqueólogos, projetos de Estado, artefactos e congressos científicos, entre outros objetos, podem ser percebidos como actantes, entidades que têm a capacidade de agir e de participar na construção de redes, atuando dentro de planos de ação que envolvem negociações, alianças, conflitos e mediações entre os diferentes elementos da rede. No caso da produção científica, a consolidação da autoridade do especialista é parte importante desses processos de negociação, pois, segundo Latour, o estatuto científico da pesquisa é confirmado pela consonância de outros especialistas, os aliados que chamamos ao texto, desempenhando um importante papel na legitimação e validação do trabalho científico, ao apoiar e endossar os resultados de pesquisa (LATOUC, WOOLGAR, 1986).

Assim, podemos considerar que os cientistas formam escolas, ou seja, redes de especialistas que, de forma direta ou indireta, exercem ou reforçam planos de ação. Quando, no próximo subcapítulo, procuraremos descrever a atuação de alguns especialistas, o que pretendemos é lançar luz sobre essas redes, ressaltando a forma como, a depender do engajamento do pesquisador em determinados planos de ação, sua produção científica e sua atuação política demarcam-se no contexto social a partir de um maior ou menor potencial de transformação.

Poder-se-ia, em diálogo com autores como Gramsci (2000), classificar esses cientistas como intelectuais tradicionais, críticos ou orgânicos, a depender do prestígio que ocupam em instituições basilares da sociedade, tais como Universidade, mídia, governo, igreja, e de sua postura de preservação e legitimação da ordem social vigente, ou de seus papéis como ativistas de causas sociais e na formação de consciência crítica visando à transformação da sociedade, ou, de sua condição de integrantes das classes subalternizadas que representam e defendem. Ou, em consonância com Foucault (2007), seria possível classificá-los quanto ao tipo de discurso que produzem, se autores, comentadores, intérpretes ou testemunhas, ou mesmo questionar de que forma, como intelectuais, eles contribuíram para a produção de conhecimento e verdade, como operaram dentro das instituições entre as quais transitavam reforçando relações disciplinares, ajudando a perpetuar estruturas de poder existentes, ou como, ao contrário, alguns deles desafiaram e contestaram normas estabelecidas ou discursos oficiais, abrindo oportunidades de resistência e subversão (FOUCAULT, 1969, 1979, 1987, 1988, 2007).

Entretanto, o que aqui propomos é uma abordagem mais aberta ao deslizar das categorias, à contingência das relações, à provisoriedade das redes, que são em constante negociação, enfatizando a construção social da realidade, e a importância de múltiplos actantes. Queremos menos localizar esses cientistas dentro de horizontes de ação que possam circunscrevê-los e mais alertar para a importância de estarmos atentos para os papéis que cientistas, objetos de estudo, planos de ação e aliados vão desempenhando, ao longo da tessitura de suas redes, no sentido de gerar maior ou menos espaço para transformações científicas e sociais, e, assim, contribuir de forma reflexiva, por meio de um viés analógico, para nossas próprias atuações no presente, visando a futuros possíveis.

Ser arqueólogo em regimes ditatoriais: diferentes redes, diferentes potenciais

Neste subcapítulo procuraremos, de forma breve, descrever a atuação de quatro investigadores, ligados, de forma ampla ao que, hoje, denominaríamos o campo da Arqueologia e/ou do estudo da Cultura Material. Trata-se de dois pesquisadores do período Estadonovista português, e dois do brasileiro. Embora o regime ditatorial português (1933-1974) tenha sido muito mais extenso que o Estado Novo brasileiro (1937-1945), nos deteremos a planos de ação que têm por enfoque imagético e político o que se consolidava em termos de discurso científico na primeira metade do século XX, sobretudo no que se refere aos atravessamentos entre o discurso científico acerca dos indígenas e a visão política autoritária do regime ditatorial sobre si mesmo e sobre o Outro.

Em contexto português, o primeiro investigador cuja trajetória pretendemos descrever de forma concisa é a de António de Almeida (1900-1984). Esse importante antropólogo frequentou a faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra entre 1921 e 1926, vindo, entretanto a licenciar-se na Universidade de Lisboa em 1927. Além disso, diplomou-se na Escola de Medicina Tropical, onde estudou de 1927 a 1935, também em Lisboa. Foi ainda professor na Escola Superior Colonial de 1935 a 1954, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos entre 1954 e 1961 e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, entre 1961 e 1969, todas instituições com sede também em Lisboa. Foi ainda presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. No âmbito da política, veio a exercer, em particular, os cargos de

presidente da Câmara Municipal do Porto, entre 1936 e 1942 e de Deputado à Assembleia Nacional, entre os anos de 1945 a 1956 (CARDOSO: 2011: 230-235). Com grande atuação científica e política ligada ao chamado mundo colonial ou ultramarino português, Almeida realizou 23 viagens científicas a esses territórios, sendo duas a Cabo Verde (1962 e 1982), três à Guiné (1959, 1962 e 1980), uma a São Tomé e Príncipe (1954), cinco a Angola (1948, 1949, 1950, 1952 e 1955), uma a Moçambique (1959), duas a Goa, Damão e Diu (1960 e 1961), e nove a Timor (1953, 1954, 1957, 1963, 1964, 1968, 1969, 1974 e 1975) (POLONI, 2012).

No que diz respeito aos planos de ação que desempenhou, Almeida defende, de maneira estreita e direta, a produção científica como forma de otimizar o domínio dos territórios colonizados, a partir do que acabará por ser denominado como a Ocupação Científica do Ultramar Português (JMGIC, 1945):

No vastíssimo campo das ciências humanas contam-se outros complexos problemas intimamente relacionados com a sobrevivência e a aclimação das 295 várias etnias portuguesas em territórios onde vivem ou pretendem fixar-se; o condicionalismo geoclimático e social das regiões tropicais em particular incide grandemente sobre as populações e, de acordo com as leis da genética, pode implicar sensíveis alterações somato-fisiológicas e psicológicas nos naturais e emigrados comprometendo a vitalidade dos respectivos descendentes. Para o estudo destas relevantes questões torna-se indispensável o conhecimento da antropologia morfológica, fisiológica e psicológica e do concurso de outras disciplinas humanas como a paleontologia, a pré-história e a etnologia (PORTUGAL, 1962).

Assim, conhecer as propriedades do ambiente e as características humanas das populações tornam-se objetivos primários do fazer tanto da arqueologia, quanto de campos científicos relacionados. Esse estudo, para além de garantir os interesses políticos e econômicos sobre os territórios, também encontra consonância com outro importante plano de ação: o da garantia do prestígio acadêmico do próprio pesquisador em redes internacionais. Almeida, que frequentava congressos de pré-história ao lado de renomados colegas, queria engajar-se em uma questão importante nas investigações realizadas nos continentes africano e asiático no período: o das origens da humanidade. A ênfase na descoberta de sítios líticos, durante as viagens científicas realizadas devem, assim, ser consideradas também à luz desse anseio pela descoberta de sítios referenciais para a elucidação de questões relacionadas a esse tema. Assim, a investigação do passado das culturas indígenas dos territórios ultramarinos serve a um duplo propósito, científico e político, que circunscrevem temas de interesse e vieses interpretativos.

Acerca dessas duas questões Almeida entrará em embate com um colega, igualmente um antropólogo renomado no período, que dedicou sua vida profissional em particular ao estudo de Timor-Leste: Ruy Cinatti (1915-1986). Sua formação inicial foi Engenharia Agrônômica pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA), de Lisboa em 1950, tendo saído com a especialidade de Engenheiro Silvicultor. Foi chefe de gabinete do governador de Timor, (1946-1947), chefe da Repartição de Agricultura, Veterinária e Indústria Animal da Província de Timor (1951-1955), investigador da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar (JIU) / do IICT (1957-1985), vogal do Conselho Cultural do Museu de Etnologia (1965-1975), vogal na Junta Nacional de Educação (Seção de Arqueologia), membro da Comissão Central Orientadora da Investigação Científica para Cabora Bassa (Etnologia e Botânica) e investigador no Museu de Etnologia (a partir de 1975) (CASTELO, 2011).

Com atuação científica e política, Cinatti, embora fosse também partidário da ideia de uma colonização científica dos territórios ultramarinos, expressava firme oposição a ações administrativas ou científicas que preconizassem comportamentos prepotentes e arbitrários e que desconsiderassem as especificidades culturais das comunidades indígenas. Pretendia que a economia de Timor não fosse “apenas de exploração, mas, simultaneamente de conservação e de valorização” (STILWELL, 1995, p. 209, apud CASTELO, 2011). Cinatti denunciou abusos e injustiças sociais praticados por funcionários administrativos da empresa colonial contra os indígenas e procurou realizar investigações “com o afecto e compreensão que lhe merecem homens da sua ou de outra raça, mais ou menos civilizados” (CINATTI, 1956, apud CASTELO, 2011). Embora seus planos de ação não destoassem muito dos acionados por Almeida no que diz respeito à importância dos territórios ultramarinos para o Estado português, ou a uma visão hierárquica e eurocêntrica das culturas, a forma como entendia o necessário conhecimento das terras e dos povos se afastava de um uso instrumental da ciência para fins de domínio e exploração dos territórios e se aproximava de uma abordagem científica engajada com metodologias e debates teóricos mais atualizados. Em conversa com o governador de Timor, narrada em seu próprio diário, Cinatti expressa seu posicionamento de forma direta:

O senhor governador já leu as declarações do Dr. António de Almeida no diário popular? Perante a afirmativa, dita quase em surdina, perguntei-lhe então se achava bem que fosse declarado publicamente ser quasi fim exclusivo de política externa a vinda da Missão Antropológica a Timor (CINATTI, 1954).

Sua oposição a Almeida em Timor deu-se por Cinatti considerar que os procedimentos de campo utilizados pelo pesquisador e o potencial interpretativo das coleções recolhidas, a partir do tratamento das coleções, destoasse da forma como ele se dedicou a capitalizar seus estudos, em termos políticos, em reuniões científicas com especialistas (POLONI, 2017). Em mais um trecho da conversa narrada com o governador da província, a respeito de um congresso realizado nas Filipinas e do qual ambos os pesquisadores participaram, Cinatti sentencia: “Snr. Governador! Como V. Exa. deve compreender, não há na prehistória razões oportunas que levem a ocultar factos científicos, a não ser a sua própria ignorância. Melhor seria então não compartilhar do congresso” (CINATTI, 1954).

Assim, podemos perceber como, apesar de se cruzarem em terreno e de participarem de missões investigativas em comum, partilhando alguns posicionamentos científicos e políticos, os pesquisadores diferiam acerca de como os estudos sobre as populações indígenas do território e de sua produção material deveriam refletir sobre ações políticas e produção acadêmica deles derivados. Essas divergências definiram posições de maior ou menor visibilidade e influência dos pesquisadores nas esferas de Estado ou nos cargos acadêmicos que vieram a ocupar durante a vigência do regime ditatorial português, definindo a construção de diferentes redes acadêmicas e políticas para ambos.

No caso do contexto Estado Novista Brasileiro, gostaríamos de contrapor os planos de ação de Heloísa Alberto Torres e Angyone Costa, sendo a primeira conhecida por ter ascendido ao cargo de diretora do Museu Nacional e o segundo por ter sido professor da cadeira de Arqueologia ligada ao Museu Histórico Nacional.

Heloísa Alberto Torres (1895-1977), filha do importante político e intelectual cujo nome carregava, foi educada em um ambiente refinado e instigante, fora dos padrões para grande parte das mulheres do período. Chegou ao Museu Nacional em 1925, depois da morte do pai, como Professora Substituta da Seção de Antropologia e Etnografia. Em 1930 ascende ao cargo de professora pesquisadora do Museu e no ano seguinte a professora chefe da seção de Antropologia e Etnografia. De 1935 a 1937 passa a vice-diretora da instituição e, enfim, de 1938 a 1955 passa a exercer o cargo de diretora, do qual se exonerou para passar ocupar a posição de presidente do conselho nacional de proteção aos índios. Sua produção científica, embora não muito extensa, denota a preocupação com a temática da arqueologia indígena:

Cerâmica de Marajó (1929), Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil (1937), arte indígena na Amazônia (1940) (FARIA, 2018).

Sua visão sobre os indígenas, pressupunha conhecimento e tutela estatal. No texto de 1937, publicado na primeira edição da revista do nascente SPHAN, Torres afirma:

Parece ocioso repetir aqui que a existência de serviços públicos da natureza daquele que vimos aludindo decorre do reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito à terra que habitavam; pelo interesse que fornecem, para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida ao cabo de alguns séculos de perseguições. Em nossa terra ainda persiste em muito espírito que se arvora em progressista a ideia de que o elemento aborígene deve desaparecer, quanto mais depressa, melhor. O grande espírito progressista dessa natureza não faz, na maioria das vezes, se não acobertar grandes ambições materiais; quer apoderar-se de terras pertencentes aos selvícolas (TORRES, 1937, p. 25)

A visão contundente da pesquisadora se coaduna com um plano de ação que visa ao conhecimento científico desses povos, tidos primitivos, como arquivos essenciais para o conhecimento da humanidade, levando a que a defesa pela proteção dessas culturas fosse defendida como bandeira política e também científica. A denúncia que faz acerca de intelectuais que defenderiam a absorção dos nativos a coloca em oposição a Anyone Costa (1888-1954).

Esse pesquisador, por sua vez, foi aliado de Gustavo Barroso (1888-1959), primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, e ficou conhecido por ter ocupado o cargo de professor de arqueologia brasileira nessa mesma instituição e também por sua vasta produção bibliográfica no campo arqueológico. Entre suas obras mais conhecidas estão Introdução à Arqueologia Brasileira, publicado em 1934 (COSTA, 1980), Arqueologia Geral de 1936 (COSTA, 1936), Migrações e Cultura Indígena, de 1938 (COSTA, 1939), e Indiologia de 1943 (COSTA, 1943A). Era natural de Natal, formado em direito em Belém e foi professor de ensino primário e ginasial, antes de assumir a referida cadeira no Museu. Com um bom trânsito em contexto latino-americano e europeu, Costa foi membro dos Institutos de Antropologia de Roma e Portugal; sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; de sociedades geográficas do Chile e do Peru; e do Instituto Chileno-Brasileiro de Cultura. Além disso, foi membro da Associação Brasileira de Imprensa – ABI – e do Conselho de Fiscalização das Exposições Artísticas e Científicas do Brasil.

Em relação às temáticas indígenas, Costa tinha uma postura pessimista, no que se refere à sobrevivência dessas culturas em solo brasileiro e à força de seus traços culturais, além de um posicionamento político mais consonante com o Regime Ditatorial. Ele publica, na Revista Cultura Política, que era o periódico oficial do governo varguista, diretamente vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o texto “Observações sobre a contribuição do Índio na nossa formação” (COSTA, 1943b). Nesse texto, ele ressalta que a contribuição do indígena à cultura brasileira se limitaria ao âmbito do espírito, alegrando e confortando os primeiros colonizadores, a partir da ação das mulheres indígenas. Nota-se uma postura que se coaduna com a chamada “Teoria da Degeneração Indígena” (NOELLI, FERREIRA, 2007) que, como veremos no subcapítulo a seguir, seguirá presente em contexto brasileiro, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Esse plano de ação tende a invisibilizar as resistências indígenas e a hierarquizar as culturas nativas segundo paradigmas culturais eurocêntricos. Por consequência, justifica posturas políticas autoritárias com vieses coloniais e que, em termos históricos, tendem a se refletir em políticas públicas desenvolvimentistas em relação a áreas tidas como isoladas, vazias, ou selvagens do território brasileiro.

A divergência em relação à valorização das culturas indígenas, entre Torres e Costa, vê-se bem delineada no que se refere ao tema da Cultura Marajoara. Enquanto a diretora do Museu Nacional defende que a cultura marajoara compõe, com outras culturas indígenas amazônicas um conjunto coerente e equilibrado, ressaltando o caráter cultural local dessas manifestações artefatuais (TORRES, 1940, p. VI-IX), Costa, por outro lado, crê que essa cultura arqueológica descenderia de grupos indígenas de “cultura adiantada”, que se poderiam comparar a outras culturas “dos *mounds*” norte-americanas, e que teriam sido substituídas, por outras tidas por mais bárbaras, levando à decadência da fabricação dessa cerâmica mais fina marajoara (COSTA, 1934 (1980), p. 75-89).

As redes se espraiam, as escolas se consolidam: outros atravessamentos ditatoriais e pós-ditatoriais

No caso português, o mesmo regime ditatorial estendeu-se até 1974, enquanto no Brasil, o regime Estado Novista de Vargas encerra-se em 1945. Entretanto, em 1964, o Brasil entrará em novo regime ditatorial, que governará o país até 1985.

Em Portugal, a Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, instituição pioneira da organização de missões científicas aos territórios dominados por Portugal, funcionará a partir de 1936, passando a substituir a denominação “colonial” por “do Ultramar”, a partir de 1953, atendendo às Políticas luso-tropicalistas em voga no período, que pressupunham a defesa de um país com territórios fora da Europa, e não com domínios coloniais. Essa última denominação é dissolvida em 1973, dando lugar, a partir de 1979, ao Instituto de Investigação Científica Tropical, que só será extinto em 2015, passando seus acervos aos cuidados da Universidade de Lisboa (POLONI, 2012). Muito embora a produção científica dessa última instituição tenha sido marcada pela presença de investigadores comprometidos com o estabelecimento de redes de cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com visões pessoais críticas ao regime colonial, o fato de o Estado ter mantido, como instituição própria, e sob a denominação de “investigações tropicais” os legados científicos do período colonial, parece bastante sintomático e denota uma relação difícil com o enfrentamento desse passado

A polêmica em torno da proposta de Fernando Medina, que durante a campanha de 2017 à câmara municipal de Lisboa propôs a abertura de um “Museu das Descobertas” na capital do país, é também bastante paradigmático no que diz respeito ao embate contra visões científicas e políticas que seguem, de forma direta ou indireta, apoiando a empresa colonial. Muito embora a proposta tenha merecido uma carta aberta em jornal de grande circulação nacional, com a assinatura de mais de cem intelectuais do mundo todo contra a proposta², e que a mesma não tenha saído (ainda) do papel, a proposta mereceu um evento, promovido pelo ICOM Portugal, intitulado “Museu das Descobertas: sim, não ou talvez?”³, e a defesa de seu nascimento, com um nome alternativo, pelo próprio presidente do ICOM Europa na altura:

Museu da Viagem. E assim chego ao posicionamento que sempre tive e mantenho. Somos aquilo que a terra e o tempo fêz de nós. Mais do que portugueses, somos habitantes da Finisterra ocidental europeia [...] Dificilmente encontraremos na Europa, ou fora dela, povo mais miscigenado [...] Somos híbridos fruto da viagem, de uma viagem permanente de ida e de volta [...] Somos o resultado de uma espessa acumulação de presentes históricos em viagem [...] O ciclo dos chamados Descobrimentos terá

² Para ler a matéria, acesse <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->

³ Para ler mais sobre o evento, acesse <https://icom-portugal.org/2018/06/17/museus-das-descobertas-sim-nao-talvez/>

obviamente todo o lugar, aliás de relevo, numa narrativa museológica da Viagem (RAPOSO, 2018).

Por outro lado, o Memorial da Escravatura, aprovado desde 2019, na origem para ser erigido no Largo José Saramago, em ponto de grande visibilidade da Capital do país, tampouco foi até hoje construído. O lugar, escolhido por ter sido um Mercado de Escravos e que incluiria um Centro Interpretativo, foi fruto da reivindicação da DJASS Associação de Afro-descendentes de Portugal e enfrenta até hoje a morosidade política da Câmara de Lisboa, que discute o local a ser erigido o monumento do artista angolano Kiluanji Kia Henda, composto pela representação de um canal composto por 400 árvores queimadas, com três metros de altura cada.⁴

Essas múltiplas redes são herdeiras de planos de ação do período ditatorial e apontam para o embate entre cientistas e políticos que defendem memórias amnésicas ou críticas, em relação ao período colonial, sobretudo no que se refere ao tratamento dado às culturas indígenas, durante esse período (COELHO, VILA, 2019; CARDINA, 2016).

No Brasil, a ditadura civil-militar será responsável por afastar perspectivas humanistas de abordagem das culturas indígenas do país. Já bastante conhecido é o caso de Paulo Duarte, político e arqueólogo de renome em São Paulo, amigo de Mario de Andrade, a quem indicou para o Departamento de Cultura do estado, exilado durante o Estado Novo, e aposentado de forma compulsória durante a Ditadura Civil-Militar. Paulo Duarte manteve estreitos laços com Paul Rivet, então diretor do Museu do Homem de Paris, que, por sua vez, também mantinha contatos com Heloísa Aberto Torres e com o Museu Nacional. Paulo Duarte esteve envolvido em importantes projetos científicos e políticos, tais como a fundação da Universidade de São Paulo e a elaboração da Lei de Proteção Patrimonial (lei 3924/61), ainda em vigência (FUNARI, CARVALHO, 2012).

Afastada a ciência humanista da investigação do passado indígena durante a Ditadura Civil-Militar, serão o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) e o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica (PRONAPABA) a passar a vigorar no país (FUNARI, 1999). Dirigidos pelos pesquisadores estadunidenses Clifford Evans (1920-1981) e Betty Meggers (1921-2012), esses projetos, não obstante tenham formado gerações de

⁴ Para saber mais sobre o tema, acesse: <https://sicnoticias.pt/cultura/2023-07-02-Memorial-da-escravatura-em-Lisboa-esta-a-gerar-polemica-284d290e>

especialistas no país, preconizavam uma visão sobre o indígena demarcada pelo determinismo climático e pela já citada Teoria da Degeneração Indígena.

Aqui, uma vez mais, persistem a formação de diferentes redes, que compõem diferentes planos de ação: por um lado, uma visão que busca o conhecimento acerca das culturas indígenas, em consonância com princípios de valorização dessas mesmas culturas, e de outro, uma visão pessimista acerca dos potenciais e da riqueza desses povos.

Os planos desenvolvimentistas, que circunscreviam em termos políticos e econômicos o PRONAPA e o PRONAPABA, continuam a reemergir de forma recorrente no país, reforçados por políticas de Estado dominadas pelas retóricas bandeirantistas e de ocupação de nossos “desertos territoriais”, que seguem coincidindo com territórios ancestrais ocupados por indígenas (POLONI, FUNARI, 2022).

Entretanto, a ciência humanista também segue reforçando seus planos de ação e suas redes: Niède Guidon, uma das mais proeminentes arqueólogas do Brasil, foi orientanda de Annette Laming-Emperaire (1917-1977), que chegou ao Brasil por influência de Paulo Duarte e Paul Rivet. O Laboratório onde, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nasce o Grupo de Pesquisa Arqueologia da Repressão e da Resistência, leva, não por coincidência, o nome de Paulo Duarte. Aqui, passado e presente se emaranham em redes e planos de ação, ampliando os horizontes de pesquisa dos subalternizados povos indígenas do país, para desvendar das redes de violência que constituíram os regimes autoritários latino-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARETTA, Jocyane Ricelly. Por uma arqueologia feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 8-34, 2017.

BELLE, M. Memória em conflito: dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS. 2017. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRITO, Joana de Sousa et al. *Patrimonialização e musealização da memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*. 2022. *Dissertação* (Mestrado).

CARDINA, M. Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações*, n. 17, p. 31-42, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/3281>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CARDOSO, João Luis. O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa. In: *Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 2000 dos Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, v. 2, 2011.

CARVALHO, A.; SOARES, I.; FUNARI, P.; SILVA, S. DA. *Arqueologia, Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

DE LA BOÉTIE, E. *Discours de la servitude volontaires*. Disponível em: <https://www.singulier.eu/textes/reference/texte/pdf/servitude.pdf>. 1548.

DE MORAES, Tobias Vilhena. A preservação arqueológica e a redemocratização: um breve estudo de caso luso-brasileiro. *Revista Arqueologia Pública*, v. 8, n. 2 [10], p. 122-143, 2014.

CASTELO, Cláudia. Ruy Cinatti: Poeta “agrônomo e etnólogo”, instigador de pesquisas em Timor. *Atas do Colóquio Timor: Missões científicas e antropologia colonial*. AHU, 24-25 de maio de 2011.

CINATTI, Ruy. *Diário pessoal: espólio Ruy Cinatti*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1954.

COELHO, R. G.; VILA, X. A. Cambedo 1946: carta sobre o achamento de Portugal. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, jul.-dez., v. 13, n. 2, p. 63-87, 2019.

COSTA, Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira* (Etnografia e História). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 4 ed., 1980 (1 ed. 1934).

COSTA, Angyone. *Archeologia geral. Civilizações da América Pré-colombiana, Antiguidade Clássica, Civilizações Orientais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

COSTA, Angyone. *Migrações e cultura indígena*. Ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (1 ed. 1938).

COSTA, Angyone. *Indiologia*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert limitada, 1943a.

COSTA, Angyone. Observações sobre a contribuição do índio na nossa formação. *Cultura Política*, ano III, n. 27, p. 97-191, maio de 1943b.

DOSSE, François. *A História: A Ciência Social dos homens no tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

FARIA, Luiz de Castro. Heloísa Alberto Torres (1895-1977). *Anuário Antropológico*, v. 2, n. 1, p. 329-333, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6052>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – Volume 1: A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FUNARI, P. P. A. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. *Idéias*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 155-179, 1994.

FUNARI, P. P. A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 74-85, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p74-85>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FUNARI, P. P. A. The world archaeological congress from a critical and personal perspective. *Archaeologies*, Blue Ridge Summit, USA, v. 2, n. 1, p. 73-79, 2006.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. (Org.). *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Catamarca: Universidad Nacional de Catamarca, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés. Ditadura, direitos humanos e arqueologia. *História: Questões & Debates*, v. 69, n. 2, p. 110-136, 2021.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. *R. Museu Arq. Etn.*, São Paulo, n. 22, p. 89-96, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOMES, S. A. R. *O passado, a identidade e as teias do governo: estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção de conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista*. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, 2011.

GOMES, Sérgio. Coelho, Rui Gomes, *O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2018, 153 pp. [ISBN 978-972-671-486-6]. *Conimbriga*, v. 58, p. 407-410, 2019.

JUSTAMAND, Michel; SPOSITO MECCHI, Patricia; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. *Cultura [online]*, v. 65, n. 2, 2013.

JUSTAMAND, Michael; SPOSITO MECCHI, Patrícia. Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia. *Revista Arqueologia Pública*, v. 9, n. 3 [13], p. 122-133, 2015.

JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES COLONIAIS (JMGIC). *Ocupação Científica do Ultramar Português: Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1945.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. *Science in Action: How to follow scientists and engineers through society*. Harvard University Press, 1987.

LATOUR, Bruno. *Ciência de Laboratório: Reflexão sobre a prática científica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: The construction of scientific facts*. Princeton University Press, 1986.

LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. *Paris, invisible city*. Translated by Liz Carey-Libbrecht. Published by the authors, 1998. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20160602011920/http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/viii_paris-city-gb.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

LIMA, E. A Arqueologia da Repressão no contexto das políticas de Memória e Direitos Humanos na América Latina. *Cadernos do CEOM*, v. 21, n. 33, p. 61-73, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Desavessos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Sociedade e ruralidade*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MATTOSO, José. *Identificação de um país: Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985.

MONTEIRO, Ana. As origens da arqueologia portuguesa: A missão de Mendes Corrêa. *Atas do Colóquio de Arqueologia Histórica*. Porto: Centro de Estudos Históricos, 2015.

NOVAES, José Parente de. *Visões da arqueologia brasileira: da Fundação à Atualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

PAIVA, Claudiney. *A arqueologia como ferramenta de reflexão sobre a cultura material e o comportamento humano na sociedade contemporânea*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

RATTAN, Alice; McGAW, Mark; HALL, Stuart. *The archaeology of repression and resistance*. 3rd ed. New York: Routledge, 2009.

REIS, Fábio da Silva. O papel do Museu Nacional na formação da identidade nacional: uma análise histórica. *Revista do Museu Paulista*, n. 6, p. 22-45, 2014.

SILVA, Ana Paula; SILVA, Marcos Felipe. A arqueologia da repressão: a memória e o patrimônio de lutas políticas na América Latina. *História: Questões & Debates*, v. 72, n. 1, p. 88-103, 2022.

SILVA, M. J. L. Patrimônio cultural, memória e resistência: desafios e perspectivas na era digital. *Boletim do Centro de Estudos Africanos*, n. 38, p. 21-35, 2023. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/boletimcea/article/view/8633745>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, Sérgio Luís da. *Arqueologia, cultura e memória: Ensaio sobre o patrimônio cultural e a identidade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Sérgio Luís da. *Arqueologia e patrimônio: Estudos sobre a cultura material e a identidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

SOARES, Iara Lis. A arqueologia da repressão e da resistência na Argentina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 135-150, 2017.

SOARES, L. A. Memória, história e arqueologia no Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 2, n. 1, p. 9-18, 2007.

SOUZA, L. *O governo das lembranças: memória e poder no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TATIM, Patrícia. *Arqueologia, história e resistência: a construção da memória e do patrimônio cultural em comunidades quilombolas no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VIDAL, Laurent. *A Conquista do espaço e do tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.